

Correspondência dos autores

1 Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Teófilo Otoni, MG - Brasil
fbmarques@gmail.com

2 Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG - Brasil
benildes@gmail.com

3 Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, RJ - Brasil
rsouza.fgv@gmail.com

Desativação dos cursos brasileiros de pós-graduação stricto sensu em ciência da informação: uma discussão inicial

Francis Bento Marques¹  Benildes Coura Moreira dos Santos Maculan²  Renato Rocha Souza³ 

RESUMO

Introdução: A importância dos cursos de Pós-Graduação para o desenvolvimento de uma sociedade é inquestionável, embora muitos desafios dificultem a sobrevivência dos programas que oferecem esse nível de ensino. **Objetivo:** Pretende-se, com este estudo, caracterizar os programas brasileiros de Pós-Graduação da área da Ciência da Informação que foram desativados. **Metodologia:** Quanto à natureza, caracteriza-se como uma pesquisa básica e, quanto aos objetivos, trata-se de pesquisa, descritiva e quantitativa, aplicando-se os procedimentos da pesquisa documental, por meio da consulta ao Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Foi considerado o intervalo de 2004 a 2021, e os procedimentos adotados identificaram os programas, caracterizaram os desativados e mapearam as temáticas das suas pesquisas. **Resultados:** Os resultados revelaram a existência de três programas desativados, sendo um deles de modalidade profissional e com um tempo curto de existência, embora tenha contribuído para elevar a parcela de produção dos estudos neles defendidos cujas temáticas abordaram a informação como objeto de estudo, representando, assim, o campo da Ciência da Informação. **Conclusão:** A análise dos programas desativados evidenciou o fortalecimento da área, reforçou o papel exercido pelos programas profissionais e indicou possíveis desafios, tal como a tentativa de atender aos critérios de avaliação em relação às desigualdades socioeconômicas do território brasileiro.

PALAVRAS-CHAVE

Ciência da Informação. Programas de pós-graduação. Pesquisa e desenvolvimento. Avaliação de cursos. Desenvolvimento acadêmico.

Deactivation of brazilian stricto sensu postgraduate courses in information science: an initial discussion

ABSTRACT

Introduction: The importance of Postgraduate courses for the development of a society is unquestionable, although many challenges make it difficult for programs that offer this level of education to survive. **Objective:** The aim of this study is to characterize the Brazilian Postgraduate programs in the area of Information Science that have been deactivated. **Methodology:** In terms of nature, it is characterized as basic research and, in terms of objectives, it is descriptive and quantitative research, applying the procedures of documentary research, through consultation of the Coordination's Catalog of Theses

and Dissertations for the Improvement of Higher Education Personnel. The period from 2004 to 2021 was considered, and the procedures adopted identified the programs, characterized those that were deactivated and mapped the themes of their research. **Results:** The results revealed the existence of three deactivated programs, one of which was professional and had only been in existence for a short time, although it contributed to increasing the production share of the studies defended in them whose themes addressed information as an object of study, representing, thus, the field of Information Science. **Conclusion:** The analysis of deactivated programs highlighted the strengthening of the area, reinforced the role played by professional programs and indicated possible challenges, such as the attempt to meet the evaluation criteria in relation to socioeconomic inequalities in the Brazilian territory.

KEYWORDS

Information Science. Post graduate program. Research and development. Evaluation courses. Academic development.

CRediT

- **Reconhecimentos:** Agradecimento ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq (processo 307765/2023-7) pelo fomento à pesquisa e à Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES pela bolsa de doutorado-sanduiche concedida ao primeiro autor.
- **Financiamento:** CNPq, processo 307765/2023-7.
- **Conflitos de interesse:** Os autores certificam que não têm interesse comercial ou associativo que represente um conflito de interesses em relação ao manuscrito.
- **Aprovação ética:** Não aplicável.
- **Disponibilidade de dados e material:**
<https://dadosabertos.capes.gov.br/organization/diretoria-de-avaliacao>
- **Contribuições dos autores:** Conceituação, Curadoria de Dados, Análise Formal, Aquisição de Financiamento, Investigação, Metodologia, Administração de Projetos, Recursos, Software, Supervisão, Validação, Visualização, Redação – rascunho original: MARQUES, F.B.; MACULAN, B. C. M. S; Redação – revisão & edição: SOUZA, R. R.

| 2

JITA: CD. User training, promotion, activities, education

ODS: 4. Educação de qualidade



Artigo submetido ao sistema de similaridade

Submetido em: 23/01/2024 – Aceito em: 26/06/2024 – Publicado em: 26/08/2024

Editor: Gildenir Carolino Santos

1 INTRODUÇÃO

Os cursos de pós-graduação brasileiros se iniciam na década de 1930, com o modelo das cátedras, “de origem europeia”, no qual um a responsabilidade de ensino e pesquisa é da de “um único professor – o professor catedrático, que responde pelas atividades ligadas à sua disciplina, contando com o auxílio de um número variável de assistentes por ele nomeados” (Balbachevsky, 2005, p. 276). Segundo a autora, para apoiar esse modelo, caracterizado por um ensino informal e centrado na tese, o Brasil recebia professores estrangeiros, em missões acadêmicas ou como asilados, que fugiam da guerra em seus países.

Segundo Nazareno e Herbetta (2019), a regulamentação da Pós-Graduação brasileira iniciou-se na década de 1960, com a publicação do parecer n. 977/1965, emitido pelo Conselho Federal de Educação (CFE), tendo em vista atender às determinações do Art. 69 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 1961, que previa a existência dos cursos desse nível. O propósito do parecer era “[...] corrigir deficiências estruturais existentes principalmente na formação docente e na qualificação de quadros voltados à produção científica e que contribuíssem com o desenvolvimento nacional” (Nazareno; Herbetta, 2019, p. 104). Assim, buscava-se uma formação especializada dos professores das universidades e faculdades brasileiras, sendo, mais tarde, expandida para as necessidades do mercado de trabalho, o que oportunizou um ensino que mescla formação acadêmica e profissional.

Criada em 1951 para a manutenção de uma formação qualificada no ensino superior, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), vinculada ao Ministério da Educação, criou, em 1970, “um sofisticado sistema de avaliação baseado no julgamento por pares”, que “[...] permitiu vincular o apoio oficial ao desempenho dos programas e terminou por estabelecer um padrão mínimo de qualidade acadêmica para os programas [...]” (Balbachevsky, 2005, p. 276). Assim, em 1976, ocorreu “[...] o primeiro processo de avaliação dos programas de pós-graduação [...]” (Balbachevsky, 2005, p. 282). Depois disso, segundo a autora, os modelos de avaliação foram sendo aprimorados, ficando cada vez mais rígidos, impondo padrões de qualidade internacionais, e, já em 1998, a nota três era a mínima exigida para o reconhecimento de um programa de pós-graduação.

Decorridos, aproximadamente, 60 anos de sua regulamentação, os programas de Pós-Graduação brasileiros, sobretudo os de modalidade *stricto sensu*, têm possibilitado avanços nos índices de desenvolvimento do Brasil, embora alguns desafios prevaleçam no que tange ao fortalecimento desses programas. Venturini (2019) cita que o desafio mais visível são as intensas desigualdades regionais, étnicas, raciais e econômicas que tornam o ensino desigual no imenso território nacional. De modo similar, Magalhães (2023) menciona que as desigualdades regionais fragilizam os resultados da avaliação dos cursos pela CAPES. Essa desigualdade, na maioria dos casos, dificulta a liberação de recursos para sustentar as atividades dos cursos, podendo ocasionar, também, o fechamento ou desativação dos programas oferecidos.

Na área da Ciência da Informação, poucos estudos se propuseram a mapear o cenário dos cursos de Pós-Graduação nessa área do conhecimento e os desafios por eles enfrentados. Dentre as poucas pesquisas, cita-se a de Pinheiro (2007) e a de Lança, Amaral e Gracioso (2018). No primeiro, foi identificada a existência de 9 Programas com cursos de Mestrado e 5 desses também com curso de doutorado. Já o segundo estudo evidenciou o crescimento do número dos programas e cursos, sendo que 9 programas foram criados entre os anos de 2015 e 2017, dos quais 6 são programas profissionais. No total, segundo Lança, Amaral e Gracioso (2018), o Brasil contava, em 2017, com 8 programas profissionais e 15 acadêmicos, sendo o mais antigo o da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ-IBICT), fundado em 1970 e o, primeiro Mestrado em Ciência da Informação do Brasil.

Havendo passado mais de cinco anos do período analisado por Lança, Amaral e Gracioso (2018), torna-se pertinente verificar o panorama atual dos programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação, a fim de evidenciar a sobrevivência ou desativação dos programas implementados. Sendo assim, o presente estudo objetiva mapear e caracterizar os programas brasileiros de Pós-Graduação da área da Ciência da Informação que foram desativados, buscando entender os desafios que se tornaram obstáculos não superados. Considera-se que os resultados deste estudo oportunizam a identificação da sobrevivência e desativação de programas em Ciência da Informação que facilita identificar as dificuldades enfrentadas por essa área do conhecimento, contribuindo para que as agências de financiamento e as instituições de ensino possam estabelecer estratégias para fortalecer o que já existe, bem como incentivar a implementação de novos programas.

Nesse contexto, Souza e Stumpf (2009) afirmam que é oportuno identificar os programas da área da Ciência da Informação, como também os avanços e desafios relacionados à trajetória da pesquisa nessa área. Isso é necessário, sobretudo, porque a Ciência da Informação é uma área recente, ainda em estágio de formação de seus pesquisadores, mas com esforços expressivos no sentido de discutir os fatores relacionados ao desenvolvimento do seu corpo de conhecimentos. Importante ressaltar, também, em concordância com Souza e Stumpf (2009), que o mapeamento dos cursos e a identificação de suas trajetórias são iniciativas justificáveis, pois foi a partir do ano 2000 que os programas brasileiros de Pós-Graduação receberam um grande impulso, em todas as áreas do conhecimento, incluindo, nesse processo, a área da Ciência da Informação.

Em termos de estrutura textual, o presente artigo é composto por cinco seções, incluindo esta parte introdutória. Na sequência, são relatados alguns desafios relacionados à desativação de cursos brasileiros de Pós-Graduação, e, em seguida, apresentam-se os procedimentos metodológicos. Depois, têm-se os resultados e a discussão do estudo, finalizando com a seção de conclusão.

2 PÓS-GRADUAÇÃO BRASILEIRA: DESAFIOS E AVALIAÇÃO

Nobre e Freitas (2017) afirmam que a Pós-Graduação brasileira está regida por um sistema integrado, composto por universidades e outras instituições de ensino superior, com autonomia para criar ou fechar cursos, embora o sistema seja dependente do financiamento da CAPES e do seu ranking, que atribui uma classificação que autoriza a continuidade dos cursos. Assim, as autoras afirmam que o propósito do sistema é atender às demandas de formação de professores e pesquisadores, com atividades voltadas ao ensino e à pesquisa e também à formação de técnicos altamente especializados para atuarem em diversos segmentos do mercado (tanto público quanto privado).

Araújo e Valentim (2019) destacam a importância da Pós-Graduação para a consolidação de uma área de conhecimento e valorizam os instrumentos de avaliação que possibilita a melhoria do ensino e da pesquisa nos cursos de qualificação profissional. Por sua vez, Nóbrega (2018) ressalta que diversos fatores contribuem para fortalecer a Pós-Graduação brasileira, tal como as estratégias de avaliação adotadas pela CAPES e o envolvimento das agências de fomento, ações essas que potencializam as práticas de pesquisa. Ademais, há de se valorizar, também, o envolvimento e o desempenho das instituições de ensino e pesquisa, que passaram a adotar políticas de expansão e de internacionalização, com o propósito de ampliar o protagonismo dessas instituições no desenvolvimento econômico do Brasil (Trevisou; Balsanello, 2023).

O percurso histórico da Pós-Graduação brasileira evidencia o seu desenvolvimento e fortalecimento, tanto do ponto de vista quantitativo quanto qualitativo. A expansão numérica de cursos *stricto sensu* em instituições públicas e privadas ocorreu, sobretudo, a partir dos anos

2000, em sintonia com o aumento dos cursos de graduação e dos investimentos em ensino e pesquisa, nas instituições de ensino superior (Nóbrega, 2018). Em termos de expansão do número de cursos, Trevisou e Balsánello (2023) identificam um crescimento exponencial, pois o número de cursos de Mestrado e Doutorado saltou de 2.119, em 1999, para 6.924, em 2019, uma taxa anual de crescimento de cerca de 14,5%, com um crescimento paralelo do número de matrículas, que passou de 85.276, em 1999, para 292.766, em 2019.

Se por um lado, o papel da CAPES é fundamental por qualificar as atividades de pesquisa, exigindo um padrão de qualidade essencial para o aprimoramento das descobertas científicas, por outro, há uma exigência imposta que nem sempre pode ser atendida por todas as instituições, devido a diferentes fatores. Como consequência, o não atendimento aos critérios de qualidade estabelecidos pela CAPES resulta na redução dos investimentos e da liberação de recursos necessários para garantir as atividades de pesquisa.

2.1 Fatores para a desativação de Programas de Pós-Graduação

A desativação de cursos é um processo complexo e de difícil identificação dos fatores reais que interferem no seu cancelamento. A pesquisa de Orth (2023), realizada em cursos da área de Serviço Social, revelou que um curso deixa de existir por falta de demanda, pela escassez de recursos e também pelo resultado negativo oriundo da avaliação realizada pelas instituições de credenciamento. Nota-se, segundo a autora, não se tratar de um único fator, mas de um conjunto deles, que envolvem responsabilidades de diferentes instituições.

Analisando os conteúdos das 49 fichas de avaliação da Capes, referentes às diversas áreas de conhecimento, percebe-se que é exigido dos programas articulação entre as atividades e ações do PPG e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da universidade. A falta desse elemento pode gerar inconsistência na identidade do programa (filosofia, missão, diretrizes pedagógicas entre outros) do programa. Também pode acontecer falta de articulação com as demandas de mercado, fazendo com que o egresso não encontre uma função no setor produtivo do país, razão pela qual a avaliação de cursos leva em consideração a situação dos egressos. É preciso que os PPGs tenham certa abrangência temática, de modo a responder às demandas reais da sociedade. Outro problema é quando falta maturidade ao grupo de docentes do PPG, ponto que prejudica a produção coletiva em uma determinada área do conhecimento. Desse modo, mesmo com as particularidades verificadas nas fichas de cada área do conhecimento, muitas vezes, métricas quantitativas básicas, tal como a produção bibliográfica docente e discente, não são atendidas pelos programas, o que leva à redução na nota e à desativação do programa.

Côco e Amaral (2021, p. 799-800) relatam que a avaliação dos PPGs é realizada de forma quadrienal na atualidade e tem como finalidade garantir a melhoria contínua da qualidade, logo, “[...] programas com notas muito baixas são desativados e programas com notas superiores têm tratamento distintivo, sobretudo em relação ao fomento”. Como já dito, na avaliação dos Programas de Pós-Graduação é exigido pelos critérios da CAPES o atendimento à qualidade de excelência comparável aos níveis 6 e 7, sob pena de redução de recursos à instituição. Com a limitação orçamentária, os programas têm o seu funcionamento comprometido e uma provável diminuição da demanda, motivos esses que podem ser considerados como possíveis fatores que levam à desativação dos cursos oferecidos.

Mesmo considerando os avanços proporcionados pelos cursos de Pós-Graduação no Brasil, a exemplo do que ocorre nos cursos em Ciência da Informação, conforme proferido por Araújo e Valentim (2019), há suposições acerca das dificuldades enfrentadas por esses cursos. Provavelmente, o maior desafio está relacionado à distribuição desigual dos programas entre as regiões brasileiras, fato que é constatado por Lança, Amaral e Gracioso (2018), quando os

autores afirmam que o desafio se sustenta nas desigualdades sociais existentes no intenso território brasileiro, fato esse que pode comprometer a vigência e sobrevivência dos cursos.

Temos um país continental, com suas particularidades e regionalidades. Reproduzir ou tentar reproduzir um formato de avaliação de outros países, sem uma pequena antropofagia, talvez continue suscitando discussões, insatisfação e desigualdades nas universidades brasileiras. Entendemos que é necessário que estudiosos, entidades e instituições públicas se unam para buscar soluções que reflitam as necessidades de todos (Cardoso; Dantas, 2019, p. 7)

Esse fato foi também verificado por Silva (2008), quando foram levantadas reflexões críticas sobre o sistema de avaliação, que não considera as diferenças econômicas entre as regiões brasileiras. O estudo demonstrou que as regiões mais desenvolvidas, tal como o Sudeste e o Sul, contemplam o maior número de programas, no comparativo com outras regiões, tal como o Norte e o Nordeste. “Daí que tem sido frequente o fechamento de mestrados e doutorados no país que não atingem os níveis de excelência mínimos exigidos” (Silva, 2008, p. 57). Também discutindo sobre isso, Guimarães, Brito e Santos (2020, p. 68) destacam que houve avanços da Pós-Graduação brasileira, sobretudo, com a expansão do número de cursos em diversas regiões, contudo, as assimetrias regionais continuam sendo o principal desafio, ou seja, “[...] sem o necessário financiamento público serão aprofundadas as disparidades regionais na Pós-Graduação brasileira”.

Nas perspectivas discutidas nesta seção, impõe-se o reconhecimento de que é preciso a “[...] valorização destes atores [estudiosos, entidades e instituições] e a compreensão que a pós-graduação tem, como finalidade primeira, a formação qualificada para a produção do conhecimento”, sendo necessário “que haja dotação de recursos assegurada e infraestrutura adequada para fomento à ciência, tecnologia e inovação no país” (Parada; Kantorski; Nichiata, 2020, p. 2).

3 METODOLOGIA

Do ponto de vista metodológico, trata-se de uma pesquisa de natureza básica, uma vez que “[...] objetiva gerar conhecimentos novos úteis para o avanço da ciência” sem que haja, a princípio, uma “aplicação prática prevista” (Prodanov, Freitas, 2013, p. 51). Em relação aos seus objetivos, é exploratória e descritiva, pois os dados coletados são caracterizados, analisados e classificados, a partir de categorias (variáveis) de análise criadas *a priori*, utilizando uma abordagem prioritariamente quantitativa.

Quanto aos procedimentos técnicos, utilizou-se a pesquisa documental, que recorre a documentos de natureza primária (ou fonte primária), pois “[...] baseia-se em materiais que não receberam ainda um tratamento analítico ou que podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa” (Prodanov, Freitas, 2013, p. 55). Considera-se que os Dados Abertos da Capes se enquadram como documento primário tendo por base a afirmativa de Pinheiro (2006, p. 2), quando declara que os documentos primários “[...] são aqueles que se apresentam e são disseminados exatamente na forma com que são produzidos por seus autores”. Seguindo essa perspectiva, os dados abertos governamentais, se orientam pela definição: “dado aberto é um dado que pode ser livremente utilizado, reutilizado e redistribuído por qualquer um”, sendo que “[...] o dado precisa estar disponível por inteiro, (...) preferencialmente por meio de download na Internet; também deve estar num formato conveniente e modificável” (Manual, 2011, p. 13). Além disso, os dados abertos governamentais mantêm a natureza de dados “primários: são apresentados tal como colhidos da fonte, com o maior nível possível de granularidade, sem agregação ou modificação” (Manual, 2011, p. 14).

A plataforma consultada para coleta dos dados primários foi o site dos Dados Abertos da Capes, em particular, o primeiro conjunto de dados que dispõe o Catálogo de Teses e Dissertações, considerando o intervalo de 2004 a 2021. Optou-se por esse intervalo, pois a coleta foi realizada nos primeiros meses de 2022, quando os dados do ano de 2022 ainda não haviam sido disponibilizados pela CAPES.

Os dados foram coletados, abertos e agrupados com o auxílio do *software* OpenRefine, versão 3.7.5, e, posteriormente, estruturados em um DataFrame. Logo após, foram submetidos a um processo de limpeza, tendo em vista corrigir inconsistências diversas, como repetições, além de ter sido realizada a padronização estrutural dos dados (formato de letras e números). Em seguida, com auxílio da linguagem de programação Python e das bibliotecas Pandas e Matplotlib, estruturou-se o ambiente de desenvolvimento utilizando a ferramenta de Colab do Google.

Finalizada a estruturação e formatação do ambiente de programação, partiu-se para o tratamento dos dados, considerando as 19 categorias de análise (variáveis) investigadas, divididas em duas etapas: 1) levantamento dos programas da área da Ciência da Informação e 2) caracterização dos programas desativados, conforme mostra o Quadro 1.

Quadro 1. Procedimentos e variáveis delimitados para tratamento dos dados

Procedimento	Variável analisada	Propósito
1 – Levantamento dos programas da área da Ciência da Informação	1 – Nome dos programas	Identificar os programas brasileiros de Pós-Graduação da área da Ciência da Informação – situação 2022
	2 – Instituição de vínculo	
	3 – Ano de criação	
	4 – Estado (UF)	
	5 – Nível	
	6 – Conceito (nota) CAPES	
2 – Caracterização dos programas desativados	7 – Nome dos programas	Caracterizar os programas brasileiros de Pós-Graduação da área da Ciência da Informação que foram desativados
	8 – Instituição de vínculo	
	9 – Ano de criação	
	10 – Ano de desativação	
	11 – Conceito Capes (ao longo do tempo)	
	12 – Estado e Região	
	13 – Grande área	
	14 – Área de avaliação	
	15 – Modalidade de ensino	
	16 – Nível	
	17 – Quantidade de defesas	
	18 – Temáticas das pesquisas	
	19 – Motivo da desativação	

Fonte: Dados do estudo (2023).

Ao finalizar o tratamento dos dados e a definição das 19 categorias de análise (variáveis) expostas no *Quadro 1*, 6 categorias de análise (variáveis) na etapa 1 e 13 categorias de análise (variáveis) na etapa 2, o passo seguinte foi trabalhar a visualização dos dados, para aferição dos resultados, tornando-os explícitos. Para tanto, utilizaram-se os recursos gráficos da biblioteca Plotly, seja no formato de gráficos ou de quadros, pois essa ferramenta é bastante robusta no campo da visualização de dados (Lafuente *et al.*, 2021). Destaca-se que, em particular, no que tange ao tratamento das temáticas das pesquisas, foram levantadas as palavras-chave com mais de duas ocorrências no decorrer dos anos.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A apresentação dos resultados é ofertada em conformidade com as duas etapas básicas: 1) levantamento dos programas da área da Ciência da Informação e 2) caracterização dos programas desativados, a partir de suas respectivas categorias de análise (variáveis).

4.1 Resultados do levantamento dos programas

Nos dados trabalhados, identificou-se um total de 30 programas da área da Ciência da Informação, situação em 2022. Considera-se que ainda há espaço para um aumento do número de programas brasileiros da mesma área, visto que outras áreas de conhecimento possuem números mais expressivos, a exemplo da Engenharia de Produção que, segundo Tonon, Matsuura e Lage Júnio (2022) conta com 75 cursos em funcionamento; e também da área do Direito que, conforme Rocha, Leal e Ribeiro (2021), dispunha de 105 programas vigentes, com dados de 2020. Nas informações constantes em novembro de 2023, no site oficial da Capes, consta que são 80 programas em funcionamento, em 53 diferentes instituições.

A análise nesta etapa 1 considerou seis categorias de análise (variáveis), a saber: nome dos programas (1), instituição de vínculo (2), ano de criação (3), Estado ou UF (4), nível (5) e conceito ou nota Capes (6). Para uma visão holística de todos os programas, o quadro 2 apresenta uma síntese de 5 das 6 categorias de análise (variáveis 1, 2, 4 e 5) referentes a esta etapa 1.

Quadro 2. Programas de Pós-Graduação na área da Ciência da Informação no Brasil – situação em 2022

Instituição de vínculo (2)	UF (4)	Nome (1)	Nível (5) e Conceito (6)			
			ME	DO	MP	DP
Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB)	RJ	Memória e Acervos	-	-	4	-
Fundação Universidade Federal de Sergipe (FUFSE)	SE	Ciência da Informação	-	-	4	-
Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-CAMPINAS)	SP	Ciência da Informação	-	-	-	-
Universidade de Brasília (UNB)	DF	Ciências da Informação	5	5	-	-
Universidade de São Paulo (USP)	SP	Ciência da Informação	4	4	-	-
Universidade de São Paulo (USP)	SP	Gestão da Informação	-	-	4	-
Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)	SC	Gestão da Informação	-	-	4	-
Universidade Estadual de Londrina (UEL)	PR	Gestão da Informação	-	-	-	-
Universidade Estadual de Londrina (UEL)	PR	Ciência da Informação	4	4	-	-
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Marília (UNESP-MAR)	SP	Ciência da Informação	7	7	-	-
Universidade Federal da Bahia (UFBA)	BA	Ciência da Informação	4	4	-	-
Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa (UFPB-JP)	PB	Ciência da Informação	4	4	-	-

Universidade Federal de Alagoas (UFAL)	AL	Ciência da Informação	3	-	-	-
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	MG	Ciências da Informação	5	5	-	-
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	MG	Gestão & Organização do Conhecimento	5	5	-	-
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)	PE	Ciência da Informação	5	5	-	-
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)	SC	Ciência da Informação	5	5	-	-
Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR)	SP	Ciência da Informação	4	-	-	-
Universidade Federal do Cariri (UFCA)	CE	Biblioteconomia	-	-	3	-
Universidade Federal do Ceará (UFC)	CE	Ciência da Informação	3	-	-	-
Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)	ES	Ciência da Informação	3	-	-	-
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)	RJ	Biblioteconomia	-	-	4	-
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)	RJ	Gestão de Documentos e Arquivos	-	-	4	-
Universidade Federal do Pará (UFPA)	PA	Ciência da Informação	4	-	-	-
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)	RJ	Ciência da Informação - UFRJ – IBICT	6	6	-	-
Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)	RN	Gestão da Informação e do Conhecimento	-	-	4	-
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	RS	Ciência da Informação	3	-	-	-
Universidade Federal Fluminense (UFF)	RJ	Ciência da Informação	-	-	-	-
Universidade Federal Fluminense (UFF)	RJ	Ciência da Informação	4	4	-	-
Universidade Fumec (FUMEC)	MG	Sistemas de Informação e Gestão do Conhecimento	4	4	-	-

Legenda: níveis - ME: Mestrado Acadêmico; DO: Doutorado Acadêmico; MP: Mestrado Profissional; DP: Doutorado Profissional. * Conforme Portaria Capes nº 173, de 5 de setembro de 2023, quando um programa de pós-graduação recebe a nota "A", isso denota que o programa foi recentemente aprovado e reconhecido pela Capes, mas ainda não passou pela avaliação de permanência.

Fonte: Dados do estudo (2023).

Os resultados oriundos da análise das quatro categorias (variáveis) da etapa 1, expostos no quadro 2, evidenciam uma variação nos nomes dos programas (**variável 1**), sendo que a designação mais comum é Ciência da Informação, com 20 programas (cerca de 67%). Esses programas estão distribuídos em 25 instituições (**variável 2**) diferentes, sendo que as instituições USP, UEL, UFMG, UNIRIO e UFF dispõem, cada uma, de dois programas.

Na identificação do Estado ou UF (**variável 4**) foram verificados os locais a que pertencem os programas, quando se constatou que há 6 programas no RJ, com 20%, 5 programas em SP, cerca de 17%, 3 programas em MG, com 10%, 2 programas em SC, PR e CE, cerca de 7% para cada programa e 1 programa no SE, DF, PA, BA, PB, AL, PE, ES, RN e RS, com cerca de 3% para cada um. Esses Estados se distribuem entre as cinco regiões brasileiras, conforme mostra a Figura 1.

Figura 1. Distribuição dos programas por regiões brasileiras



Fonte: Dados do estudo (2023).

Nota-se, pela análise da Figura 1, que a região Sudeste concentra um total de 15 programas, com 50% do total. Em seguida, estão o Nordeste, com 8 (26,67%) programas, o Sul, com 5 (16,67%) programas, e o Centro-Oeste e o Norte com 1 (3,33%) programa cada. O número pequeno de programas nas regiões Centro-Oeste e Norte evidenciam que existe um campo de expansão para a área da Ciência da Informação, mostrando que novos programas podem ser criados nelas. Mesmo que haja um número expressivo de programas, com presença deles em quase todos os estados brasileiros (há representatividade em todas as regiões brasileiras), a concentração está na Região Sudeste (15 programas), Nordeste (8) e Sul (5). Na região Sudeste, destaque ao Estado do Rio de Janeiro (6 programas), de São Paulo (4) e de Minas Gerais (3). Na segunda, na região Nordeste, destaque ao Estado do Ceará (2) e aos Estados de Sergipe, Bahia, Paraíba, Alagoas, Pernambuco e Rio Grande do Norte (1 cada). Na terceira, na região Sul, destaque ao Estado de Santa Catarina e Paraná (2 cada).

Esse resultado está em conformidade com o retrato identificado por Pinheiro (2007), Souza e Stumpf (2009) e Lança, Amaral e Gracioso (2018) que apontam uma distribuição irregular entre as regiões. E o resultado mostra, também, uma pequena divergência em relação aos achados de Silva (2008), que relata que as regiões Sudeste e Sul possuem maior número de programas. Neste estudo, verificou-se que a região Nordeste possui mais programas em Ciência da Informação do que a região Sul. Pode parecer um dado não muito significativo, numa visão holística da pós-graduação brasileira, mas evidencia um esforço da área em impulsionar a criação de programas em regiões antes menos atendidas, contribuindo para a descentralização do conhecimento e a inclusão de diferentes realidades socioeconômicas no cenário acadêmico nacional. Ademais, pode revelar que as diretrizes estabelecidas nos Planos Nacionais de Pós-Graduação (PNPG) de 2005 a 2010 e de 2011 a 2020, que previam políticas para minimizar as assimetrias regionais surtiram algum efeito, pelo menos na área da Ciência da Informação. Porém, é preciso destacar que se necessitam políticas mais efetivas para eliminar as assimetrias regionais reconhecidas na literatura. Espera-se que elas sejam contempladas no novo PNPG, de 2021 a 2030, ainda em fase de elaboração e que teve a primeira reunião do comitê somente depois de junho de 2023.

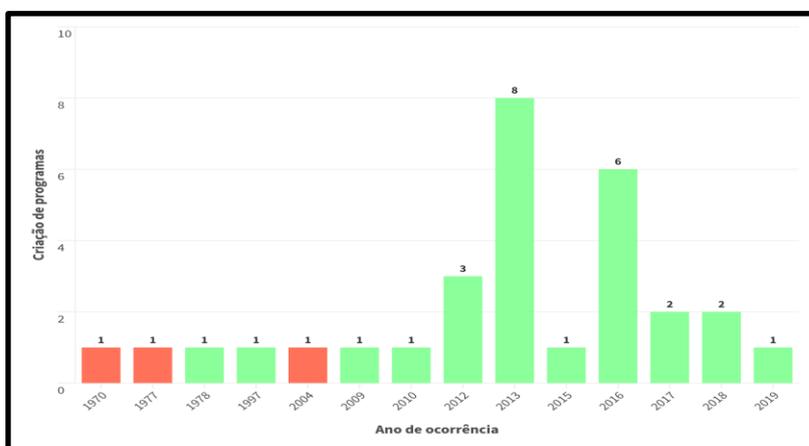
No que se refere aos níveis dos programas (**variável 5**), na área da Ciência da Informação há 19 Mestrados Acadêmicos (ME), cerca de 63%, 13 Doutorados Acadêmicos

(DO), cerca de 43%, 8 Mestrados Profissionais (MP), cerca de 26% e, até dezembro de 2022, nenhum Doutorado Profissional¹. No que tange aos oito programas profissionais, a criação deles pode estar associada ao fato de que a Ciência da Informação possui uma característica de aplicação, ou seja, relaciona-se com outras áreas de conhecimento, fomentando a interdisciplinaridade e beneficiando a sociedade (Lança; Amaral; Gracioso, 2018).

Nas colunas dos níveis dos programas encontram-se os conceitos ou notas atribuídos aos programas pela Capes (**variável 6**), situação registrada após o resultado da avaliação 2017-2020, publicado em dezembro de 2022. Observa-se que havia apenas 1 (3%) programa com nota 7, o da UNESP e apenas 1 (3%) programa com nota 6, o da UFRJ, considerados como de alto padrão internacional. Depois, haviam 5 programas com nota 5 (17%), 15 programas com nota 4 (50%), 5 programas com nota 3 (17%) e 3 programas sem indicação de nota (10%), já desativados, questão que será retomada na próxima etapa 2.

No que tange aos anos de criação dos programas (**variável 3**), ao analisar a sua trajetória histórica, evidenciou-se que, para os 30 programas, o intervalo de variação de criação foi de 1970 a 2019, conforme mostra o Gráfico 1.

Gráfico 1. Trajetória histórica dos 30 programas em CI



Legenda: barras vermelhas: programas desativados; barras verdes: programas ativos

Fonte: Dados da pesquisa (2024).

Observando a Gráfico 1, nota-se que houve intervalos com a criação intermitente de programas até 2009, quando, então, se percebe a criação anual de programas até 2019, com um aumento gradativo. Uma exceção é o ano de 2014, quando não ocorreu a criação de qualquer novo programa. Um crescimento gradativo também foi constatado no levantamento de Lança, Amaral e Gracioso (2018), que identificaram ser o Programa mais antigo o da UFRJ, que implementou o primeiro Mestrado em Ciência da Informação do Brasil, fundado em 1970 pelo IBICT. Os autores também relataram que três programas se destacaram por terem maior tempo de existência: o Programa da UFMG, o PPGCI, iniciado em 1976, com Mestrado, e que agregou o Doutorado em 1997; o da UNB, implementado em 1978; e o da UNESP, criado no ano de 1988.

Destaque pode ser feito para o ano de 2013, quando houve a criação de 8 novos programas, seguido do ano de 2016, com 6 novos programas, e do ano de 2012, com mais 3. Isso quer dizer que 17 novos programas, cerca de 57% dos programas, foram criados depois de 2012, provavelmente devido ao VI PNPG, de 2011 a 2020, que reforçou a necessidade de

¹O Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) da Universidade Federal de Sergipe (UFS), informa em seu site que a Capes aprovou o funcionamento do primeiro Doutorado Profissional em Ciência da Informação do Brasil, com início previsto para 2024. No entanto, até a data de publicação deste artigo, o registro do programa ainda não estava disponível na Plataforma Sucupira com as informações sobre o programa.

formar e qualificar recursos humanos para os setores estratégicos brasileiros, já previsto no V PNPG, de 2005 a 2010, mas que ainda não havia sido efetivamente alcançado em 2010.

A falta de criação de novos programas nos anos de 2020 a 2022 pode ser atribuída à pandemia de Covid-19, que afetou profundamente a pós-graduação brasileira. As universidades tiveram que dedicar esforços significativos para se adaptar à nova realidade do ensino remoto ou virtual. Além disso, sabe-se que houve Avaliação de Propostas de Cursos Novos (APCN) em 2020, mas essa atividade não foi realizada nos anos seguintes, o que pode ter impactado diretamente esse resultado.

Retomando o Quadro 2 e o Gráfico 1, nota-se três programas em destaque (em vermelho) que se referem aos programas que estavam desativados até 2022, evidenciando que havia nessa data, 27 programas ativos (vigentes). Conforme procedimentos deste estudo, os três programas inativos serão detalhadamente analisados na próxima etapa.

4.2 Resultados da caracterização dos programas desativados

Nesta etapa 2, de caracterização dos programas desativados, apresenta-se o detalhamento para a descrição das especificidades dos três programas inativos, que foram identificados na etapa 1, a partir de 13 categorias de análise (variáveis), a saber: nome dos programas (7), instituição (8), ano de criação (9), ano de desativação (10), conceito Capes (ao longo do tempo) (11), Estado e região (12), grande área (13), área de avaliação (14), modalidade de ensino (15), nível (16), quantidade de defesas (17), temáticas das pesquisas (18) e motivo da desativação (19).

Para uma visão holística dos programas desativados, apresenta-se uma síntese de dez das treze categorias de análise (variáveis), conforme mostra o quadro 3.

Quadro 3. Caracterização dos programas desativados de Pós-Graduação em Ciência da Informação

Variáveis analisadas			
Nome (7)	Ciência da Informação	Ciência da Informação	Gestão da Informação
Instituição (8)	UFF	PUC/Campinas	UEL
Ano de criação (9)	1970	1977	2008
Ano de desativação (10)	2008	2007	2014
Estado e região (12)	Rio de Janeiro/Sudeste	São Paulo/Sudeste	Paraná/Sul
Grande área (Código do programa na Capes) (13)	31003010056Po Ciência da Informação (60700009)	33006016003P4 Ciência da Informação (60700009)	40002012035P8 Ciência da Informação (60700009)
Área de avaliação (14)	Comunicação e Informação	Comunicação e Informação	Comunicação e Informação
Modalidade de ensino (15)	Educação presencial	Educação presencial	Educação presencial
Nível (16)	Mestrado e Doutorado	Mestrado	Mestrado profissional
Motivo (19)	O curso de Ciência da Informação encerra suas atividades, conforme previsto no término do convênio UFF-IBICT.	O curso foi excluído da relação de cursos recomendados por ter recebido conceito menor que 3 na avaliação trienal de 2007.	O presente curso não foi considerado apto a permanecer em funcionamento no Sistema Nacional da Pós-Graduação, ocasião em que obteve nota 2.

Fonte: Dados do estudo, adaptados da coleta na Plataforma Sucupira (2023).

Os dados no quadro 3 revelam uma visão geral dos programas desativados. Iniciando a análise detalhada dos programas desativados, verifica-se que há dois programas com o nome (**variável 7**) de Ciência da Informação e um denominado Gestão da Informação, sendo eles vinculados a três instituições (**variável 8**) diferentes, a saber: PUC/Campinas, UFF e UEL, respectivamente.

No que diz respeito ao ano de criação (**variável 9**) e ao ano de desativação (**variável 10**), a situação está exposta na Tabela 4.

Quadro 4. Ano de criação e de desativação dos programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação, situação em 2021

Nome do programa/instituição	Ano de criação	Ano de desativação	Tempo de vigência
Ciências da Informação/UFF	1970	2008	40 anos
Ciência da Informação/PUC-Campinas	1977	2007	30 anos
Gestão da Informação/UEL	2008	2014	6 anos

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Observa-se no Quadro 4 que os programas foram desativados nos anos de 2007, 2008 e 2014; um deles, de modalidade profissional, teve um tempo muito curto de vida (seis anos), ao passo que os demais, de modalidade acadêmica, alcançaram 30 e 40 anos de duração.

Quanto ao conceito CAPES (ao longo do tempo) (**variável 11**), a Tabela 1 mostra o panorama das notas.

Tabela 1. Notas atribuídas pela CAPES nas avaliações dos programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação desativados ao longo da vigência

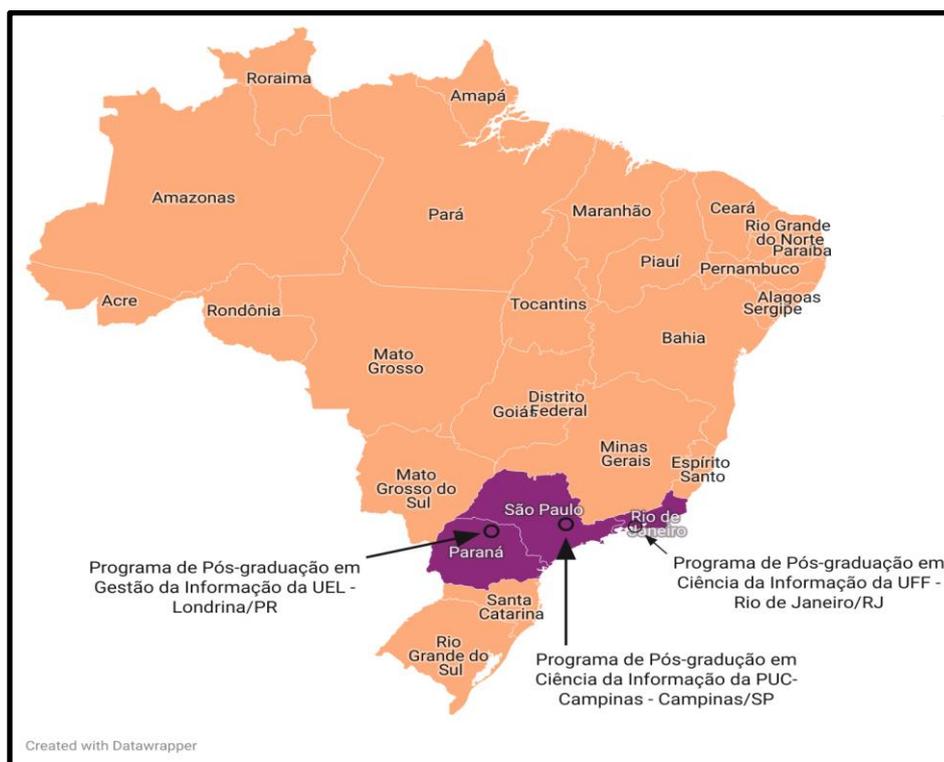
Período de avaliação	PUC-Campinas (1977 a 2007)	UEL (2008 a 2014)	UFF (1970 a 2008)
2004-2006	3	-	-
2007-2009	2	-	4
2010-2012	-	3	4
2013-2016	-	2	-
2017-2020	-	-	-

Fonte: Dados do estudo, conforme informações obtidas em resposta a consulta no Fala.BR, em janeiro de 2024

Nota-se, pelo exposto na Tabela 1, que as notas dos programas da PUC-Campinas e da UEL foram declinando ao longo dos períodos de avaliação, conforme dados de 2004 a 2021. Isso não ocorreu com o programa da UFF, pois, como descrito no Quadro 3, o fim do convênio UFF-IBICT foi identificado como a causa direta da sua desativação, e não a sua nota.

Quanto à identificação do Estado e região (**variável 12**) dos programas excluídos, verifica-se que os três programas se encontram nas regiões Sul e Sudeste, conforme mostra a Figura 2.

Figura 2. Distribuição por Estados e regiões brasileiras dos programas de pós-graduação da área da Ciência da Informação desativados - situação em 2022



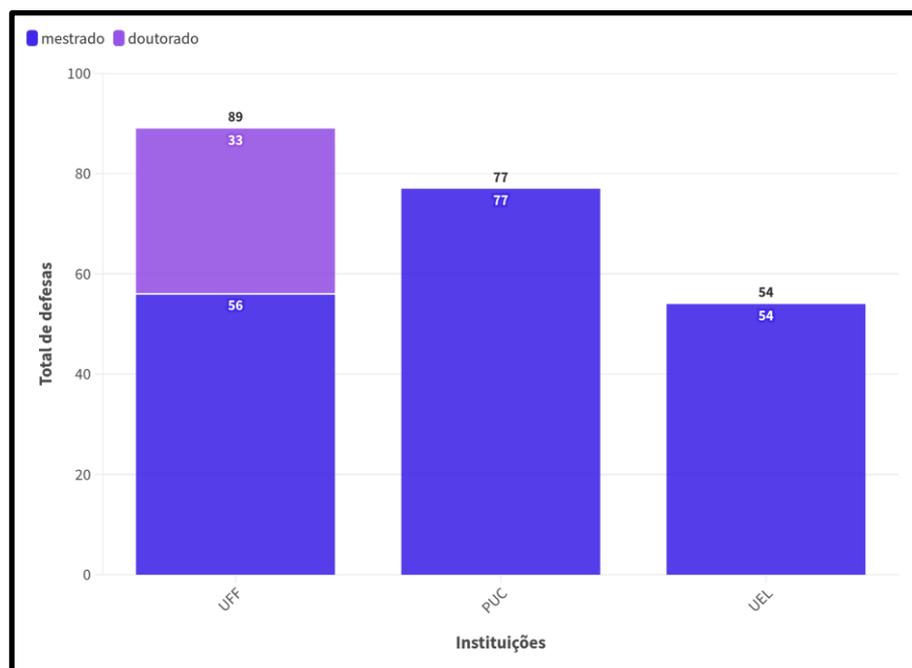
Fonte: Dados do estudo (2024).

Percebe-se pelo exposto na Figura 2, que os três programas desativados se encontram nas regiões que, juntos, concentram a parte mais substancial dos programas na área da Ciência da Informação, sendo que a região Sul tem um programa inativo no Estado do Paraná, e a região Sudeste possui dois programas inativos, um no Estado de São Paulo e um no Estado do Rio de Janeiro. É importante destacar que a UEL desativou o seu programa em Gestão da Informação em 2014, mas que desde 2012 criou o novo curso de mestrado e doutorado em Ciência da Informação, que está ativo.

Todos os programas desativados têm como grande área (**variável 13**) a Ciência da Informação, que está vinculada à área de avaliação (**variável 14**) da Capes denominada Comunicação e Informação. Quanto à modalidade de ensino (**variável 15**), são todos na modalidade de educação presencial, sendo que, segundo o nível (**variável 16**), há um com curso de mestrado acadêmico (PUC/Campinas), um de mestrado profissional (UEL) e um com mestrado acadêmico, iniciado em 1970, e com doutorado acadêmico, iniciado em 1991 (UFF).

Em relação à quantidade de defesas (**variável 17**) ocorridas nos três programas desativados entre 2004 e 2021, verificou-se que foram 220 defesas de mestrado, conforme mostra a Gráfico 2.

Gráfico 2. Quantidade de defesas dos programas em Ciência da Informação desativados; valores entre 2004 e 2021

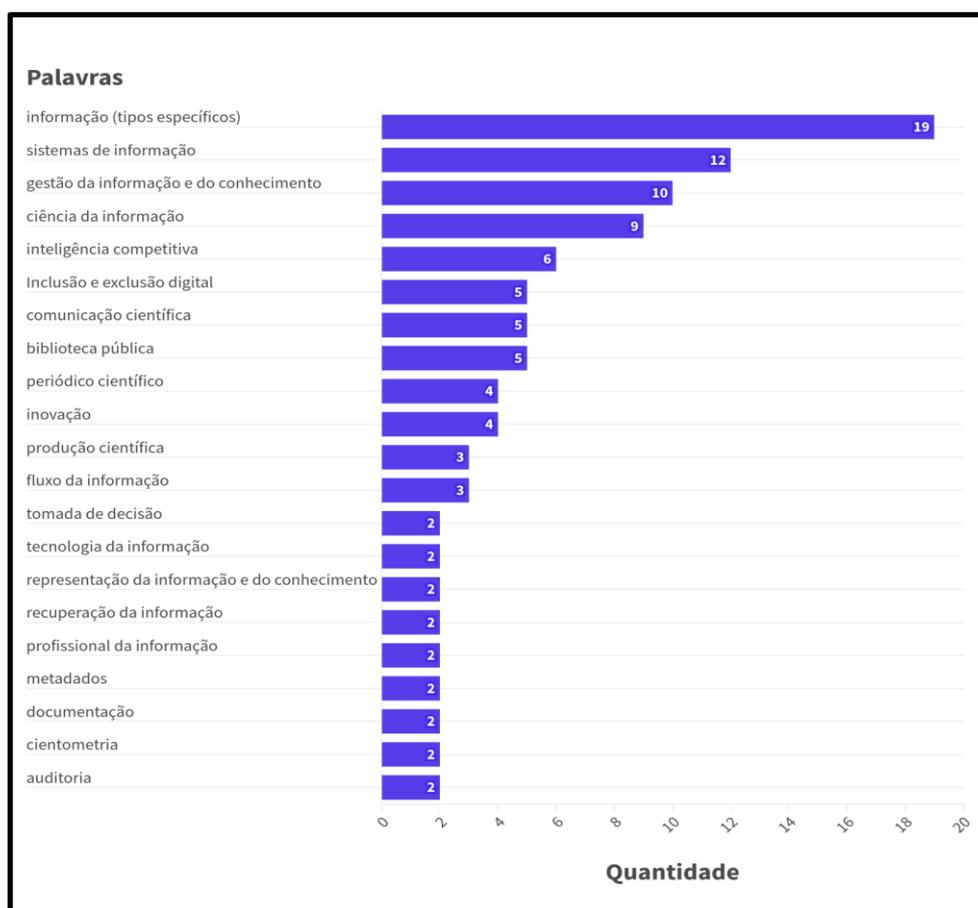


Fonte: Dados do estudo (2024).

Como pode ser observado no gráfico da Gráfico 2, do total de 220 defesas, ocorreram 89 ou 40,5% das defesas no programa da UFF, 77 ou 35% das defesas no programa da PUC/Campinas e 54 ou 24,5% das defesas no programa da UEL. Em síntese, foram 133 ou 60,5% de defesas de mestrados acadêmicos (PUC/Campinas e UFF), 54 ou 24,5% de defesas de mestrados profissionais (UEL) e 33 ou 15% das defesas de doutorados acadêmicos (UFF). Destaque pode ser feito ao programa da UEL, que é da modalidade profissional, que teve um grande número de defesas, pois foram 54 defesas em apenas seis anos de vigência, o que dá uma média de nove defesas por ano. Esse resultado confirma o estudo de Martins *et al.* (2015, p. 411) quando relatam que “[...] a crescente procura e a necessidade de aperfeiçoamento dos profissionais graduados fizeram com que buscassem a obtenção de novos conhecimentos para qualificar a sua atuação profissional”.

Quanto às temáticas das pesquisas (**variável 18**), são apresentados os resultados separados por instituição, obtidos a partir da frequência da ocorrência das palavras-chave atribuídas pelos respectivos autores, sendo consideradas aquelas que ocorreram duas vezes ou mais. Primeiramente, a Gráfico 3 apresenta a variedade de termos e as suas devidas quantidades relativas ao programa PUC-Campinas, no período de 2004 a 2006 (o programa foi extinto em 2007).

Gráfico 3. Temáticas das pesquisas defendidas no programa PUC-Campinas, de 2004 a 2006, e suas quantidades correspondentes, a partir das palavras-chave com maior frequência



Fonte: Dados do estudo (2024).

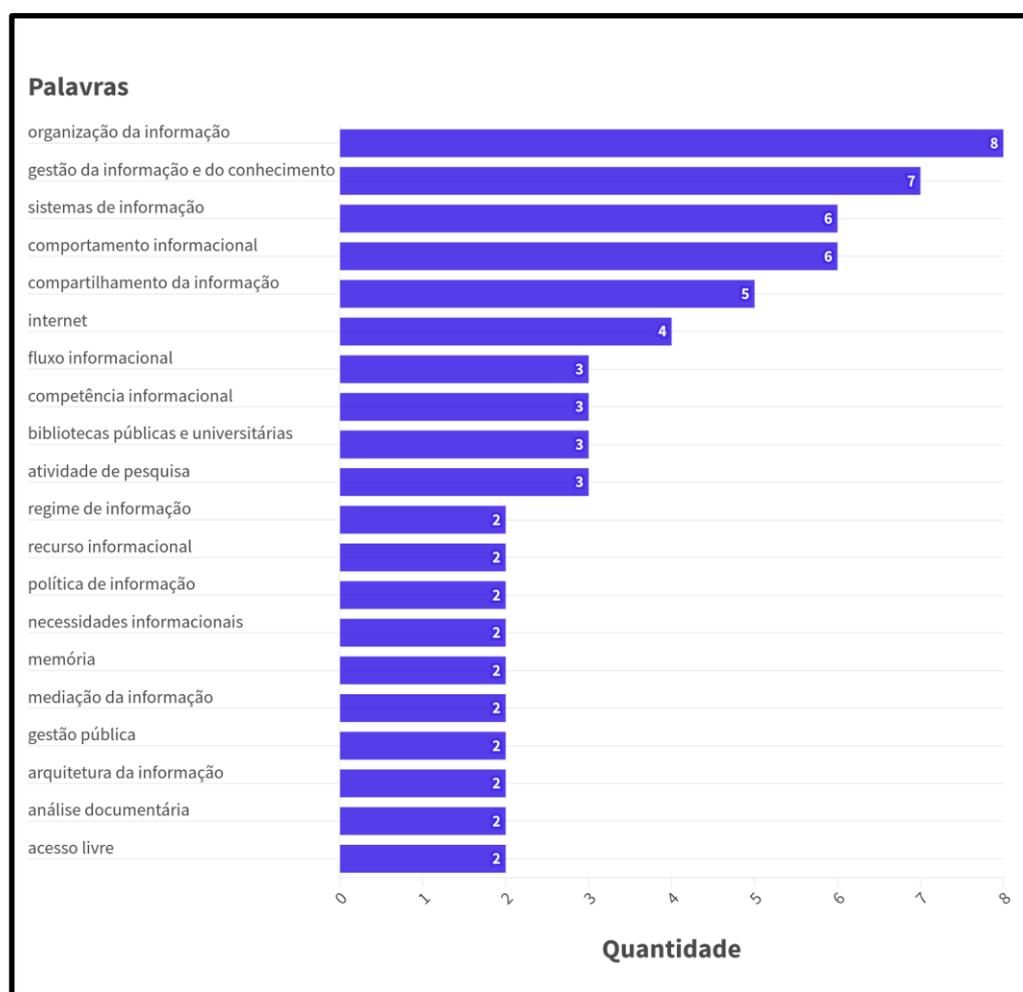
Ao examinar o conjunto das palavras-chave com maior ocorrência nos trabalhos da PUCCAMP entre os anos de 2004 a 2006, percebe-se o predomínio do termo “informação (tipos específicos)”, com 19 ocorrências, que incluem estudos sobre informações científicas, de negócio, governamental, técnica, para decisão, sendo que 9 ocorrências foi com o termo “informação”, isoladamente, o que não imprime semântica suficiente para ser um elemento que “[...] potencia o acesso ao conteúdo dos documentos, para além da informação que é representada pelo título e resumo”, conforme defendem Miguéis *et al.* (2013, p. 115). Fujita *et al.* (2023, p. 3) já discorreram sobre o problema da “falta de orientação metodológica sobre o processo de indexação” na atribuição de palavras-chave pelos autores em suas publicações. Tendo em vista esse problema, deve-se considerar que esse conjunto de termos das palavras-chave, não, necessariamente, refletem as temáticas e as questões efetivamente tratadas nas pesquisas em Ciência da Informação.

Foram também encontradas 12 ocorrências para termos que representam a gestão e representação da informação e do conhecimento, mostrando o vínculo da Ciência da Informação com a organização do conhecimento e seus aspectos de gestão. Também foram encontrados termos referentes a áreas do conhecimento, como “Ciência da Informação”, com 9 ocorrências, e “Documentação”, com 2 ocorrências. Uma análise primária das palavras-chave evidencia a relevância dos aspectos tecnológicos da informação (com os termos “sistemas de informação”, “tecnologia da informação”, “recuperação da informação”), com 16 ocorrências, da temática da comunicação da ciência (com os termos “comunicação científica”, “periódico científico”, “produção científica”, “cientometria”), com 14 ocorrências, e o foco nas pessoas (com os termos “inclusão e exclusão digital”, “profissional da informação”), com 7 ocorrências.

Levando em consideração a abrangência conceitual para a área de Ciência da Informação, conforme definida por Saracevic (1996), assim como reflexões posteriores de outros autores (Pinheiro, 2006; Araújo e Valentin, 2019), é possível inferir que a diversidade temática encontrada na figura 5 inclui termos representativos dos estudos na área, a saber: "informação (tipos específicos)", "sistemas de informação", "gestão da informação e do conhecimento", "comunicação científica", "produção científica", "fluxo da informação", "tecnologia da informação", "representação da informação e do conhecimento" e "recuperação da informação". Esses nove termos são frequentemente abordados nas pesquisas em Ciência da Informação, refletindo suas diferentes vertentes de estudo e pesquisa.

A Gráfico 4 apresenta a variedade de termos e as suas devidas quantidades relativas ao programa da UEL entre os anos de 2010 a 2012 (o programa foi extinto em 2014).

Gráfico 4. Temáticas das pesquisas defendidas no programa UEL, de 2010 a 2012, e suas quantidades correspondentes, a partir das palavras-chave com maior frequência



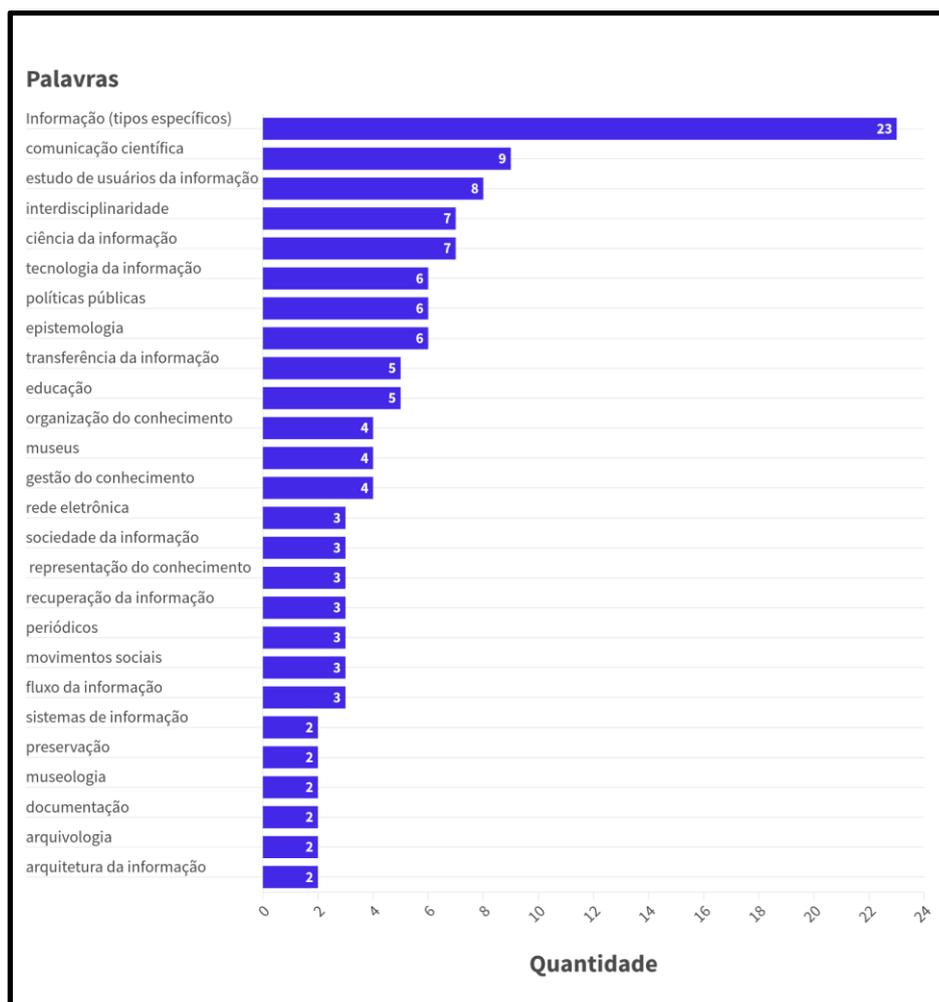
Fonte: Dados do estudo (2024).

Ao analisar as temáticas defendidas nos trabalhos de pós-graduação da UEL, não foram encontrados entre os termos a ocorrência de palavras-chave representando áreas do conhecimento, como aconteceu no resultado da PUC-Campinas. Foram encontradas 17 ocorrências para termos que representam o vínculo da Ciência da Informação com a organização do conhecimento e seus aspectos de gestão (com os termos “organização da informação”, “gestão da informação e do conhecimento”, “mediação da informação”). Uma análise primária das palavras-chave também evidencia a relevância dos aspectos tecnológicos da informação (com os termos “sistemas de informação”, “tecnologia da informação”,

“recuperação da informação”), com 16 ocorrências, e questões relacionadas às pessoas (com os termos “comportamento informacional”, “competência informacional”, “necessidades informacionais”), com 11 ocorrências. Estes dados refletem a diversidade de temáticas nas pesquisas desenvolvidas na UEL, reiterando a importância de uma visão integrada e holística da informação e de seus processos associados.

A Gráfico 5 apresenta a variedade de termos e as suas devidas quantidades relativas ao programa da UFF entre os anos de 2004 a 2009 (o programa foi extinto em 2008).

Gráfico 5. Temáticas das pesquisas defendidas no programa UFF, de 2004 a 2009, e suas quantidades correspondentes, a partir das palavras-chave com maior frequência



Fonte: Dados do estudo (2024).

Ao examinar o conjunto das palavras-chave com maior ocorrência nos trabalhos da UFF entre os anos de 2004 a 2009, percebe-se o predomínio do termo “informação (tipos específicos)”, como aconteceu no resultado da PUC-Campinas, com 23 ocorrências, que incluem estudos sobre informações científicas, arquivísticas, cultural, geográfica, governamental, jornalística, técnica, tecnológica, sendo que 10 ocorrências foi com o termo “informação”, isoladamente. Como já dito, esse uso não imprime semântica suficiente, conforme discutido por Miguéis *et al.* (2013).

Foram encontradas 16 ocorrências para termos que representam a gestão e representação da informação e do conhecimento (com os termos “organização do conhecimento”, “gestão do conhecimento”, “representação do conhecimento”, “transferência da informação”), mostrando o vínculo da Ciência da Informação com a organização do

Como pode ser notado na Figura 3, além dos dois termos já citados, chama a atenção os termos que evidenciam a vocação da área para a comunicação da ciência, para os aspectos tecnológicos que envolvem a inovação e o acesso à informação, assim como a ênfase na organização e gestão do conhecimento para públicos diversos. Os resultados ora elencados estão em conformidade com as bases teórico-conceituais ou com os princípios/fundamentos da Ciência da Informação, conforme apresentado pela literatura da área, tal como o conceito clássico proposto por Borko (1968, p. 3):

Ciência da Informação é a disciplina que investiga as propriedades e o comportamento informacional, as forças que governam os fluxos de informação e os significados do processamento da informação, visando a acessibilidade e a usabilidade ideal. A Ciência da Informação se preocupa com o corpo de conhecimento relacionado à origem, coleta, organização, armazenamento, recuperação, interpretação, transmissão, transformação e uso da informação. Isto inclui pesquisas sobre a representação de informações em sistemas naturais e artificiais, o uso de códigos para transmissão eficiente de mensagens, bem como o estudo de processamento e técnicas aplicadas a computadores e seus sistemas de programação. [...].

Do ponto de vista conceitual e prático, os estudos em Ciência da Informação perpassam pelos termos identificados, em particular, no que tange à transferência da informação, mediante fluxos que garantam a geração de conhecimento e valor para as organizações.

Por sua vez, a consideração da Ciência da Informação como área interdisciplinar vem sendo discutida desde Saracevic (1996), que afirma que são fortalecidas as relações entre as áreas, gerando novos conhecimentos, a partir de novas reflexões “[...] que tomam níveis diferentes de cooperação intelectual [...]” (Saracevic, 1996, p. 50). Mas é preciso ressaltar que essa não é, ainda, uma questão pacificada na Ciência da Informação. No estudo ora apresentado, o termo “interdisciplinar” apareceu apenas nas palavras-chave dos trabalhos do programa da UFF, porém, no estudo de Lança, Amaral e Gracioso (2018) o termo ocorreu de modo mais contundente. Segundo os autores, a área vai sendo determinada e delimitada pelas relações interdisciplinares, “[...] em processo de constante mutação, como um organismo vivo [...]”, cujas “[...] transmutações são determinadas por fenômenos científicos, tecnológicos, econômicos, históricos, sociais e culturais [...]” (Lança, Amaral e Gracioso, 2018, p. 159).

Para além da discussão sobre a interdisciplinaridade da área, as pesquisas na área perpassam estudos profundos relacionados a teorias, conceitos e princípios que levam à reflexão e à imaginação para produção de conhecimento teórico, a Ciência da Informação também se preocupa com os problemas informacionais empíricos. Logo, é possível observar que a Ciência da Informação continua evoluindo num esforço de encontrar soluções teóricas, experimentais e práticas, natureza já observada por Saracevic (1996). Nesse sentido, manifestam-se os programas de modalidade profissional, os quais almejam a formação de profissionais “[...] comprometidos com a ética e a função econômica, social e educacional da informação para a cidadania, [...] gerando e difundindo conhecimento técnico e científico para a inovação [...]” (Martins *et al.*, 2015, p. 419).

Quanto aos motivos da desativação (**variável 19**) dos programas, ficou evidenciado que dois deles - PUC-Campinas e UEL - não alcançaram a nota mínima exigida para garantir o seu funcionamento, conforme determinado pela avaliação da CAPES. Já o Programa da UFF, ocorreu a desativação por um problema institucional, uma vez que o contrato de parceria interinstitucional não foi renovado.

É preciso destacar que não é exclusivo da Ciência da Informação, como apontado em estudos realizados no âmbito de outras áreas do conhecimento. Tonon, Matsuura e Lage Júnio (2022) revelam que na área da Engenharia de Produção, em 2021 haviam três programas

desativados (havia 75 em funcionamento), cujas razões referem-se à baixa pontuação obtida na avaliação da CAPES. Tendência parecida foi identificada no estudo de Rocha, Leal e Ribeiro (2021), referente à área do Direito, cujos resultados revelaram a existência, em 2020, de dois programas desativados (havia 103 em funcionamento), com indícios de que as razões estejam relacionadas à avaliação da CAPES.

Como refletido por Velloso (2014, p. 13), a pós-graduação é sustentada por um marco normativo único, “[...] que criou parâmetros claros e uniformes para a criação e funcionamento dos programas, mecanismos da avaliação, centralizados pela CAPES [...] e mecanismos de financiamento acoplados à avaliação dos programas [...]”. É provável que o desafio a ser superado relaciona-se ao padrão de avaliação, que não poderia ser o mesmo para todos, por causa das diferenças econômicas entre as regiões, o que pode ocasionar, assim, uma avaliação injusta. “Isso porque o transcurso do desenvolvimento econômico do país tendeu a privilegiar determinadas regiões em prejuízo de outras [...]” (Guimarães; Brito; Santos, 2020, p. 50), o que representa um problema socialmente constituído e, como tal, de difícil solução.

5 CONCLUSÃO

Ao investigar o panorama dos programas brasileiros de Pós-Graduação em Ciência da Informação, foi possível constatar que eles vêm acompanhando o desenvolvimento da Pós-Graduação brasileira, considerando a elevação do número de programas e a distribuição pelas regiões brasileiras. Houve indícios de que a região Nordeste tem promovido a criação de programas na área, pois neste estudo ela possui mais PPGs do que a região Sul. Esse dado evidencia que está havendo um esforço em relação à descentralização do conhecimento e em impulsionar regiões antes menos atendidas por programas em Ciência da Informação. Contudo, em geral, os programas da região Nordeste têm notas mais baixas do que os PPGs do Sul e Sudeste, provavelmente devido, em parte, aos impactos da avaliação da CAPES, que não adota critérios baseados na realidade socioeconômica de cada região e/ou municípios.

Os programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação tiveram suas trajetórias iniciadas no ano de 1970, alcançando, até o levantamento realizado neste estudo (2022), o total de 27 programas vigentes e três desativados. A constatação de que o número de programas vigentes é muito superior aos que foram desativados aponta indícios de que há esforços dos programas em atender aos critérios de avaliação, por conseguinte, mantendo a continuidade dos cursos oferecidos, de modo a manter um padrão de qualidade voltado às práticas de pesquisa, ocorrência essa que vem sendo observada, também, em outras áreas do conhecimento.

Dentre os programas desativados (dois acadêmicos e um profissional), o de modalidade profissional foi implementado já no século XXI, em 2008, e teve um tempo de existência relativamente curto (seis anos), se comparado com os outros dois (1970 e 1977). O motivo da desativação, nos programas mais novos, deve-se à nota inferior obtida na avaliação da CAPES, ao passo que o programa mais antigo foi desativado, porque o contrato entre as instituições que o ofertavam não foi renovado.

Mesmo sendo desativados, os três programas contribuíram para o avanço da Ciência da Informação brasileira, no sentido de que produziram, no período analisado, 220 pesquisas, com destaque a participação do programa profissional, considerando o seu curto período de existência. Tal constatação permite presumir o valor dos cursos de modalidade profissional para a sociedade e o interesse dos profissionais da área em resolver problemas informacionais empíricos, fato esse que comprova a característica social e aplicada da Ciência da Informação.

Quanto às temáticas investigadas nos estudos defendidos, constatou-se que os programas mantiveram os princípios e fundamentos da Ciência da Informação. As áreas de concentração e suas respectivas linhas de pesquisa desenvolveram estudos que representam de

forma abrangente o universo informacional. Isso se deve ao foco analítico nos diversos aspectos, contextos e abordagens do objeto informação.

A partir desses resultados, entende-se que o objetivo geral do estudo foi alcançado, visto que, com o estudo, foram caracterizados os programas desativados de Pós-Graduação da área da Ciência da Informação. A análise permitiu perceber os possíveis desafios que permeiam a trajetória desses programas, sobretudo no que tange à tentativa de dois desses programas (PUC-Campinas e UEL) em atender aos critérios de avaliação.

A natureza prioritariamente quantitativa deste estudo impossibilitou uma análise mais profunda e contextualizada acerca dos desafios que os programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação enfrentam. Nesse sentido, o estudo manifestou-se como uma discussão inicial, cujos resultados mostram uma pequena parcela quantitativa desse nível de ensino na área mencionada. Logo, as conclusões representaram um ponto de partida no aprofundamento sobre os avanços e os desafios que enfrenta a Pós-Graduação oferecida nas instituições de ensino do Brasil.

A fim de continuar o estudo desta temática, duas novas abordagens de pesquisa são desdobradas, ambas de natureza qualitativa. Sugere-se, assim, investigar as razões principais que levaram à desativação dos programas, mediante entrevistas com os coordenadores desses cursos. Ademais, outra possibilidade é analisar os critérios de avaliação da CAPES e os seus impactos ao padronizar o processo avaliativo, independente das condições socioeconômicas de cada região brasileira.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, C. A. Á; VALENTIM, M. L. P. A Ciência da Informação no Brasil: mapeamento da pesquisa e cenário institucional. **Bibliotecas, Anales de Investigación**, México, v. 15, n. 2, p. 232-259, jul./dez. 2019. Disponível em: <https://11nq.com/z7n1P>. Acesso em: 24 set. 2023.

BALBACHEVSKY, E. A pós-graduação no Brasil: novos desafios para uma política bem sucedida. In: Brock. C.; SCHWARTZMAN, S. **Os desafios da educação no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.

BORKO, H. Information Science: what is it? **American Documentation**, [S.l.], v. 19, n. 1, p. 3-5, jan. 1968.

CARDOSO, M. C. de O; DANTAS, R. M. M. C. A Pós-Graduação *stricto sensu*, a avaliação e suas controvérsias. **Revista Scientiarum Historia**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 8, jan./jun. 2019. Disponível em: <https://encr.pw/ZiFxf>. Acesso em: 24 set. 2023.

CÔCO, D; AMARAL, L. O PROEX/CAPES como política pública de Pós-Graduação. **Interfaces da Educação**, Paranaíba, v. 12, n. 35, p. 792-815, dez. 2021. Disponível em: <https://11nq.com/7B841>. Acesso em: 24 set. 2023.

FUJITA, M. S. L. *et al.* **Atribuição de palavras-chave em trabalhos completos de evento: análise de controle de vocabulário**. Informação & Informação, Londrina, v. 27, n. 4, p. 1-31, 2023. Disponível em: <https://encr.pw/XnxY9>. Acesso em: 28 jun. 2024.

GUIMARÃES, A. R; BRITO, C. de S; SANTOS, J. A. B. dos. Expansão e financiamento da Pós-Graduação e desigualdade regional no Brasil. **Revista Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 16, n. 41, p. 47-71, dez. 2020. Disponível em: <https://acesse.dev/JsSvR>. Acesso em: 24 set. 2023.

LAFUENTE, D. *et al.* A Gentle introduction to machine learning for chemists: an undergraduate workshop using python notebooks for visualization, data processing, analysis, and modeling. **Journal of Chemical Education**, [S. l.], v. 98, n. 9, p. 2892-2898, set. 2021. Disponível em: <https://acesse.dev/PbmcC>. Acesso em: 15 jul. 2023.

LANÇA, T. A; AMARAL, R. M; GRACIOSO, L. S. Multi e interdisciplinaridade nos programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação brasileiros. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 23, n. 4, p. 150-183, out./dez. 2018. Disponível em: <https://encr.pw/Qz5EY>. Acesso em: 23 set. 2023.

MAGALHÃES, L. S. **A Pós-Graduação em Educação na Região Norte e a CAPES: avaliação, indução e autoavaliação-planejamento.** 2023. 278f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2023. Disponível em: <https://encr.pw/edYYL>. Acesso em: 23 set. 2023.

MANUAL dos Dados Abertos: Governo. Tradução e adaptação para o contexto brasileiro por Comunidade Transparência Hacker. Brasília: Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br), 2011. Disponível em: <https://acesse.dev/Bm8EJ>. Acesso em: 25 out. 2023.

MARTINS, A. C. de M. *et al.* Mestrado profissional na área de Ciência da Informação no Brasil: o caso de Santa Catarina. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 20, n. 3, p. 411-422, set./dez. 2015. Disponível em: <https://encr.pw/mEv9P>. Acesso em: 25 set. 2023.

MIGUÉIS, A. *et al.* A importância das palavras-chave dos artigos científicos da área das Ciências Farmacêuticas, depositadas no Estudo Geral: estudo comparativo com os termos atribuídos na MEDLINE. **InCID: Revista Ciência da Informação e Documentação**, Ribeirão Preto, v. 4, n. 2, p. 112–125, 2013.

NAZARENO, E; HERBETTA, A. F. A Pós-Graduação brasileira: sua construção assimétrica e algumas tentativas de superação. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 24, n. 2, p. 103-112, abr./jun. 2019. Disponível em: <https://acesse.dev/6hXcf>. Acesso em: 23 set. 2023.

NOBRE, L. N; FREITAS, R. R. A evolução da Pós-Graduação no Brasil: histórico, políticas e avaliação. **Brazilian Journal of Production Engineering**, São Mateus, v. 3, n. 2, p. 18-30, jul./dez. 2017. Disponível em: <https://11nq.com/mr8dG>. Acesso em: 24 set. 2023.

NÓBREGA, M. H. da. Orientandos e orientadores no século XXI: desafios da Pós-Graduação. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 43, n. 3, p. 1055-1076, jul./set. 2018. Disponível em: <https://acesse.dev/BoP3B>. Acesso em: 24 set. 2023.

ORTH, T. O processo de fechamento do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUCRS: a quem serve a política de educação no Brasil? *In*: ENCONTRO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL, 9., 2023, Vitória. **Anais [...]**. Vitória: UFES, 2023. p. 01-15. Disponível em: <https://11nq.com/pHPKQ>. Acesso em: 24 set. 2023.

PARADA, C. G. de L; KANTORSKI, L. P; NICHATA, L. Y. I. Novos rumos da avaliação da Pós-Graduação brasileira e os desafios da área de Enfermagem. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, Porto Alegre, v. 41, n. 1, p. 01-02, jan./jun. 2020. Disponível em: <https://11nq.com/cgWIU>. Acesso em: 24 set. 2023.

PINHEIRO, L. V. R. Cenário da Pós-Graduação em Ciência da Informação no Brasil: influências e tendência. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*, 8., 2007, Salvador. **Anais** [...]. Salvador: ANCIB, 2007. p. 01-14. Disponível em: <https://acesse.dev/NVoEt>. Acesso em: 23 set. 2023.

PINHEIRO, L. V. R. Fontes ou recursos de informação: categorias e evolução conceitual. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia**, João Pessoa, v. 1, n. 11, 2006. Disponível em: <https://11nq.com/qRcFP>. Acesso em: 25 out. 2023.

PRODANOV, C. C; FREITAS, E. C. de. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

ROCHA, D. V. da; LEAL, F; RIBEIRO, L. M. A expansão da Pós-Graduação em Direito no Brasil (1998-2017): avanço quantitativo e persistências metodológicas. **Revista Eletrônica do Curso de Direito da UFS**, Aracaju, v. 16, n. 2, p. 01-35, jul./dez. 2021. Disponível em: <https://encr.pw/lhCpk>. Acesso em: 25 set. 2023.

SARACEVIC, T. Ciência da Informação: origem, evolução e relações. **Perspectiva em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 41-62, jan./jun. 1996. Disponível em: <https://encr.pw/Xa8yy>. Acesso em: 26 set. 2023.

SILVA, M. da C. F. Pós-Graduação *stricto sensu* e desenvolvimento regional. **Publicação UEPG Ciência, Humanidades, Ciência e Sociologia Aplicada, Linguística, Letras e Artes**, Ponta Grossa, v. 16, n. 1, p. 55-60, jun. 2008. Disponível em: <https://11nq.com/5sFta>. Acesso em: 24 set. 2023.

SOUZA, R. F. de; STUMPF, I. R. C. Ciência da Informação como área do conhecimento: abordagem no contexto da pesquisa e da Pós-Graduação no Brasil. **Perspectiva em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 14, núm. esp., p. 41-58, dez. 2009. Disponível em: <https://acesse.dev/5ZX9O>. Acesso em: 24 set. 2023.

TONON, G. F. de L; MATSUURA, G. T. M; LAGE JÚNIO, M. Análise da Graduação e da Pós-Graduação para o Curso de Engenharia de Produção no Brasil. **Revista de Ensino de Engenharia**, [S. l.], v. 41, n. 1, p. 350-361, jan. 2022. Disponível em: <https://encr.pw/6Nzfm>. Acesso em: 25 set. 2023.

TREVISOU, J. V; BALSANELLO, G. Uma década de Pós-Graduação: o que a experiência da UFFS evidencia? **Fronteiras: Revista Catarinense de História**, Chapecó, v. 41, n. 1, p. 213-239, jan./jun. 2023. Disponível em: <https://encr.pw/dmF5k>. Acesso em: 24 set. 2023.

URBANETZ, S. T; CASSIANO, E. L. O Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT) e o significado dessa oferta de formação em Pós-Graduação no Brasil. **Movimento: Revista de Educação**, Niterói, ano 7, n. 14, núm. esp., p. 135-156, dez. 2020. Disponível em: <https://acesse.dev/90XZY>. Acesso em: 23 set. 2023.

VELLOSO, A. A pós-graduação no Brasil: legados e desafios. **Almanaque Multidisciplinar de Pesquisa**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, 2014. Disponível em: <https://encr.pw/r8jpe>. Acesso em: 23 set. 2023.

VENTURINI, A. C. **Ação afirmativa na Pós-Graduação**: os desafios da expansão de uma política de inclusão. 2019. 320f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Centro de Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://encr.pw/LNFOU>. Acesso em: 23 set. 2023.